

NOMINALIZAÇÕES EM TEXTOS ACADÊMICOS DE PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB): ALGUNS ASPECTOS COGNITIVO-FUNCIONAIS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS DEVERBAIS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE PB²⁴

Ana Larissa Adorno Marciotto OLIVEIRA²⁵
Bárbara Malveira ORFANÓ²⁶
Monique Vieira MIRANDA²⁷

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar os deverbaís do tipo X-ÇÃO mais frequentes em textos acadêmicos escritos em português brasileiro (PB) e examinou até que ponto os elementos da valência do verbo *input* ficam expressos ou não expressos. Os resultados confirmaram que a expressão (ou não) desses argumentos é pragmaticamente e discursivamente motivada e está ligada ao grau de importância associado aos participantes do evento verbal (Hopper, 1985; Santana, 2005; Camacho 2007 e 2009). Discutimos também a importância das nominalizações deverbaís para o texto acadêmico, analisando-as como instâncias de metáforas gramaticais (Halliday e Matthiessen, 2004). Por fim, procuramos apontar para uma possível nova centralidade no ensino de português acadêmico, baseada na análise de dados empíricos da língua.

PALAVRAS-CHAVE: nominalizações; estrutura argumental do nome, metáfora gramatical

Motivações iniciais do estudo

No quadro teórico da linguística cognitivo-funcional, ou da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), entende-se que a gramática molda-se a partir do

24 Este artigo é um recorte de um projeto maior, intitulado CAPB, *Corpus Acadêmico do Português Brasileiro*, desenvolvido em parceria com Aparecida Araújo (UFV), cujas contribuições para este texto foram muito importantes.

25 Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2006). É professora da pós-graduação (Poslin) da FALE - UFMG. É Coordenadora da Especialização em Inglês e da Área de Língua Inglesa da FALE - UFMG. É também Coordenadora Pedagógica do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF- MEC CAPES SESu) na FALE UFMG. Contato: adornomarciotto@gmail.com

26 Doutorado em Applied Linguistics - Mary Immaculate College, University of Limerick (2010). Atualmente é professor adjunta III da Universidade Federal de São João Del-Rei e faz parte do corpo docente do Mestrado em Letras. (UFSJ) Contato: bmalveira@yahoo.com.br

27 (UFMG)

uso, em situações de comunicação efetiva. Na LFCU, a gramática resulta da regularização de estratégias comunicativas, que decorrem de pressões cognitivas e interacionais. Essas regularidades observadas são explicadas por meio das condições discursivas em que um determinado uso linguístico ocorre, bem como pelas pressões cognitivas envolvidas (Furtado da Cunha et al. 2013).

A razão principal para a escolha de deverbais neste trabalho reside no fato de que, ao nominalizarmos um verbo, os termos resultantes desse processo – deverbais do tipo XÇÃO, no caso deste estudo – tendem a preservar os argumentos exigidos pelo verbo original (verbo input) em sua estrutura argumental nominal. Esse processo ocorre porque os verbos são elementos centrais para a predicação e, ao mesmo tempo, são ‘incompletos’ do ponto de vista semântico, tendo que selecionar, sempre, um, dois ou até três elementos com os quais formam relações de transitividade. Essa característica de ‘incompletude’ se mantém após o processo de nominalização, resultando na que pode ser entendido como a valência argumental do nominal (De Bona, 2014).

Por outro lado, assim como ocorre na transitividade verbal, a expressão dos argumentos da valência nominal pode variar no uso real da língua. Essa variação é, em geral, motivada por (a) fatores discursivos, relativos ao fluxo informacional do texto; (b) fatores ligados ao conhecimento de mundo dos interlocutores; (c) fatores associados ao conhecimento de curto prazo disponível na interação, recuperado pragmaticamente pelo contexto comunicativo imediato (Camacho, 2007). Na manutenção (ou não) dos argumentos no nome, desempenham papel importante também os processos anafóricos em geral, incluindo a anáfora zero²⁸.

No texto escrito, especialmente no âmbito acadêmico, as nominalizações deverbais representam um construto importante, que, acreditamos, mereça análise específica, justificada por 3 fatores principais: (a) a alta frequência de uso de nominalizações em textos acadêmicos; (b) a necessidade descrição/explicação das regularidades observadas nesse processo, com base nos aspectos discursivo-pragmáticos e semântico-cognitivos nele envolvidos; (c) a importância de investigar esse fenômeno em Português Brasileiro (PB). A seguir, o aporte teórico central deste estudo será apresentado.

28 Uma informação do texto, codificada em SN, uma vez introduzida, pode ser retomada por um pronome, pela anáfora zero, ou referida, pelo mesmo ou por outro nome. Tradicionalmente, a expectativa é de que a seguinte escala seja seguida: SN ⇒ pronome ⇒ anáfora-zero. Do ponto de vista discursivo, essas retomadas são vista de modo mais abrangente, como parte do processo de construção das entidades do discurso (Silva, 2007).

As nominalizações deverbais e sua estrutura argumental

A nominalização é tradicionalmente descrita como um processo morfológico em que uma raiz não nominal é transformada em nome. Mais que isso, de acordo com Givón (2001), a nominalização é um processo pelo qual uma oração finita é convertida em um nome. Nesse processo, o termo nominalizado normalmente ocupa uma função/posição prototípica do SN (sintagma nominal), por exemplo, o termo passa ocupar a posição de sujeito, de objeto ou de complemento do sujeito em uma outra oração, sendo, pois, um termo encaixado.

A complexidade do termo nominalizado costuma refletir, de algum modo, os termos da oração de que lhe dá origem. Diante disso, a nominalização é vista como um processo sintático, cujos ajustes principais estão sumarizados nos movimentos (a-e, conforme Hopper e Thompson, 1984), que podem também ser observados no seguinte exemplo:

Oração finita: José se relaciona muito bem com seus vizinhos

Termo nominalizado: . A ótima relação de José com seus vizinhos.

- a. há perda de marcação de tempo, aspecto e modalidade
- b. há perda da marcação de concordância pronominal
- c. o sujeito/objeto da oração de origem adquire marcação de caso genitivo
- d. os determinantes do SN são adicionados
- e. os advérbios são normalmente convertidos em adjetivos

Em uma descrição formal, a relação entre as estruturas semântica e sintática dos nominais pode ser formalmente previsível, como os processos (a-e) indicados anteriormente demonstram. No entanto, nas situações de uso da língua, a estruturação sintática dos nomes, no que diz respeito à sua atualização na oração, pode variar muito, conforme já indicado aqui. Um dos fatores envolvidos nessa variação, além dos outros já mencionados, mais ligados ao fluxo informacional, é o grau de formalidade dos textos em que as nominalizações aparecem. A alta frequência dos deverbais nos textos formais, em geral escritos, ocorre porque as nominalizações veiculam ideias abstratas e, sendo semântico-cognitivamente complexos, aproximam-se do modo sintático de comunicação (Givón, 2001), ligado a textos mais elaborados, ou mais formais, produzidos com planejamento e sob menor tensão/urgência comunicativa. Diante desses aspectos, a falta de expressão de um ou mais argumentos de um deverbal está ligada,

também, ao domínio discursivo mais formal em que estes aparecem, e o leitor mais experiente pode lançar mão de mecanismos variados para recuperação de possíveis lacunas argumentais.

Em relação à formação dos deverbais, Basílio (2006) afirma que, do ponto de vista semântico, a formação de nomes a partir de verbos possibilita uma condição ideal para a designação genérica de eventos. Desse modo, é possível mencionar o evento verbal sem a especificação do seu tempo, ou de seu agente, fazendo referência a uma estrutura verbal já previamente utilizada no texto. Segundo Basílio (op. cit.), as formas nominalizadas permitem representar de modo unificado, e através de uma única palavra, toda uma proposição.

Há também operações sintáticas variadas em uma nominalização, em especial, aquela em que o verbo de origem se transforma em núcleo do SN. Nos deverbais analisados neste estudo, observa-se a mudança categorial operada na base através do sufixo -ÇÃO: de verbo, passa-se a substantivo. De acordo com Rocha (2003, p.126), poderíamos entender o produto dessa transformação, ou o nome deverbal, como o ‘ato, efeito, processo ou estado de X’.

Na seção seguinte, o papel das nominalizações como metáforas gramaticais será discutido, com vistas a entender seu papel nas relações semânticas e léxico-gramaticais presentes na instância discursiva.

As nominalizações como metáforas gramaticais

Como vimos na seção anterior, em uma nominalização, os processos verbais, codificados de modo congruente como verbos, são recodificados como nomes (Halliday e Matthiessen, 2004). Dito de outro modo, na proposta de Halliday e Matthiessen (2004), os ‘processos verbais’ são tipicamente (ou ‘congruentemente’) codificados como sintagmas verbais, construído por meio da relação do verbo com seus participantes. Quando um ‘processo’ é realizado como um ‘nome’ (caso das nominalizações deverbais) ele passa a ser interpretado pelo falante como se fosse uma ‘coisa’ (*thing*). A essa extensão de sentido Halliday e Matthiessen (2004) denominam ‘metáfora gramatical ideacional’, já que o fenômeno está ligado à transitividade, classificada pelos autores como um dos componentes da meta-função ideacional.

Naturalmente, como a maioria dos fenômenos linguísticos, a distinção entre formas mais ‘congruentes’ e menos ‘congruentes’ de expressão de sentidos não é nítida. Por exemplo, se o falante escolhe usar ‘comparação de preços’ em vez do usar sua forma mais congruente (‘pessoas comparam preços’), esse uso mais gramaticalmente metaforizado implica a construção de um mundo mais objetivo, por exemplo, em que os fatos podem emergir independentemente da consciência humana.

As metáforas gramaticais representam, por isso, um recurso importante para a criação de um novo sentido por meio de formas léxico-gramaticais modificadas (Thompson, 2013). Elas representam, também, uma possibilidade de redefinição das relações entre ‘sentido’ e ‘codificação’, operadas na própria gramática da língua. Por isso, quando uma metáfora gramatical é utilizada, um nome passa, por exemplo, a codificar um acontecimento, o que, em geral, envolve uma relação lógica de causa e efeito, ligada, por exemplo, ao agente e à meta do processo verbal em foco (Halliday e Matthiessen, 2004). Desse modo, nas nominalizações, que são um tipo importante de metáfora gramatical, o ‘empacotamento’ menos congruente e mais ‘econômico’ da expressão linguística fundamenta-se em aspectos relações pragmáticas, ligados ao conhecimento de curto prazo dos interlocutores e também a seu conhecimento de mundo e/ou disciplinar, diferentes daquele contido no sentido mais congruente, como se pode observar em:

A empresa contratou um novo funcionário x A contratação de um novo funcionário.

Pessoas comparam antes de comprar x A comparação de preços antes da compra

Nas metáforas gramaticais, as nominalizações são apontadas por Halliday e Matthiessen (2004) como construções próprias do texto acadêmico; não somente pelo efeito de objetividade causado, mas também porque a omissão de argumentos (comum em nominalizações) pode ser recuperada pelo leitor mais competente, com base em seu conhecimento de mundo em geral, em seu conhecimento sobre o assunto tratado, ou em elementos anteriormente manipulados no fluxo textual.

Nessa perspectiva, os deverbais podem apresentar propriedades expressas, ligadas à natureza predicativa de suas bases, ou podem apresentar argumentos não-expressos, recuperáveis por meio de processos semânticos e/ou pragmático-textuais. A seguir, uma discussão sobre a complexidade categorial dos nomes e dos verbos será

procedida, tendo em vista a natureza das nominalizações e seu significado no *continuum* categorial.

Complexidade categorial gramatical: a visão de *continuum*

No conhecimento semântico que os falantes têm sobre sua língua, as categorias gramaticais nem sempre ficam armazenadas em compartimentos nitidamente distintos. Acerca disso, a linguística cognitiva, por exemplo, tem demonstrado como a categorização gramatical é realizada da mesma maneira por meio da qual os seres humanos categorizam outros elementos do mundo em geral (Hopper, 1985; Taylor, 1995). Dessa forma, quando se deparam com um novo verbo, como *deletar* em “Eu deletei minha página no Facebook”, os falantes tendem a tratá-lo de maneira semelhante ao membro prototípico de uma determinada classe de verbos, por exemplo, como um verbo que requer dois argumentos. Esse processo de seleção e uso indica que a estrutura da argumental de um verbo é formada por um processo contínuo de classificação, reclassificação e refinamento, tendo como base o uso diário da língua (Neves, 1996; Givón, 2001; Furtado da Cunha, 2013).

Há muitas dificuldades relacionadas à classificação de verbos, especialmente porque frequentemente baseia-se em características pertencentes à estrutura gramatical de línguas como o grego e o latim, dada a tradição dos estudos gramaticais conforme esta foi desenvolvida no ocidente. A dificuldade na classificação gramatical, resultante dessa tradição, fica evidente, por exemplo, na análise dos critérios nocionais ligados à classe dos verbos, quase sempre associados a uma classe de palavra sugestiva de ação, bem como à classe de substantivo, em geral associada à nomeação de ‘entidades’ ou de ‘coisas’. (Lyons 1977, Camacho, 2009). Diante disso, termos como *verdade* e *beleza*, identificados como substantivos, e verbos em sua forma nominal, por exemplo, são indicativos da instabilidade dos critérios classificatórios de base puramente nocional.

Quanto à classificação dos substantivos, a distinção proposta por Lyons (1977) entre entidades de diferentes ordens fornece uma solução plausível para as inconsistências na classificação nocional. Substantivos comuns, que têm um referente concreto, representam entidades de primeira ordem, enquanto os que se referem a estados de coisas e proposições representam, respectivamente, entidades de segunda e

de terceira ordem. Muito raramente substantivos deverbais se referem a entidades de primeira ordem, especialmente quando representarem nominais de ação.

Com relação à escala proposta por Lyons (1977), Camacho (2009) argumenta que ela está ‘plenamente de acordo com o papel fundamental dos substantivos concretos’, pois, segundo Camacho (2009), em crianças em fase de aquisição da linguagem, por exemplo, é observada a tendência em associar substantivos com entidades físicas e verbos com ações concretas. De modo semelhante, tomando como base a Teoria da Prototipicidade (Rosch, 1973), os substantivos concretos e contáveis são os exemplos mais representativos dessa categoria, assim como substantivos abstratos e incontáveis ocupam um espaço mais periférico, ou seja, menos prototípico.

Ainda acerca da distinção entre categorias verbais e nominais, fundamentado no critério da ‘estabilidade temporal contínua dos referentes’, Givón (2001) identifica, em um polo desse continuum, a existência de elementos que apresentam grau superior de estabilidade temporal e que, por isso, não alteram sua identidade com o tempo. Esses elementos são, por isso, considerados fortes candidatos a membros prototípicos da categoria de substantivo. Por outro lado, membros prototípicos da classe dos verbos, associam-se, em geral, a entidades sem grande estabilidade temporal, ou seja, passíveis de sequenciamento ao longo do tempo. Na região média do continuum categorial, situam-se as duas outras principais categorias predicadoras, o adjetivo e o advérbio, este último tomado normalmente no escopo verbal e/ou adjetival e o primeiro, mais ligado às restrições da denotação dos substantivos.

Diante do aspecto complexo das categorias gramaticais, podemos observar que, quando ‘beleza’ ou ‘verdade’ são entendidas como substantivos, ocorre uma projeção do esquema de ‘coisa’, que é tridimensional, para outros domínios (Langacker 1987). Essa relação metafórica mapeia substâncias concretas em propriedades abstratas, e nos possibilita identificar também a natureza substantiva de termos como ‘amor’ e ‘ódio’, por exemplo. Nessa perspectiva cognitiva, Langacker (1987) também argumenta que o substantivo e o verbo constroem o evento a partir de imagens contrastivas. Essas duas categorias não representam o mesmo estado de coisas, mas dois estados de coisas semanticamente distintos. Particularmente no que se refere ao uso de termos nominalizados, foco deste estudo, há uma extensão de sentidos, por meio do qual o falante interpreta um verbo como se fosse uma coisa (*thing*).

Com respeito ao critério discursivo para a categorização de termos gramaticais, os substantivos introduzem participantes no discurso, posteriormente desenvolvidos e

manipulados ao longo do texto. A esse respeito, o Princípio da Iconicidade das Categorias Lexicais (Givón 2001) prediz que, na medida em que uma forma linguística cumpre essa função, ela será identificada como substantivo e manifestará, também, o conjunto de determinações e modificações que um substantivo poderá apresentar em uma determinada língua. O critério discursivo para a identificação de categorias gramaticais permite que a codificação dos participantes no discurso seja analisada do ponto de vista informacional (Givón 2001; Chafe 1994). Dessa forma, a codificação de participantes do evento verbal está ligada à intenção comunicativa do falante, bem como ao grau de importância de um determinado elemento para a continuidade do discurso, que pode ser tomado, por exemplo, como referente específico, ou genérico, da entidade em foco no discurso.

Dada essa variação nas possibilidades de análise dos termos que acompanham os deverbais, o estudo do comportamento das nominalizações proposto neste trabalho tem por objetivo principal verificar como ocorrem as combinações requeridas pelos termos deverbais do tipo X-ÇÃO em textos acadêmicos do PB, para examinar que fatores interferem na expressão (ou na não expressão) desses elementos no fluxo textual. Nossa hipótese (assim como Santana, 2005 e Camacho 2007 e 2009) é a de que o contexto discursivo pode determinar o preenchimento (ou não) desses espaços sintáticos e, por essa razão, os argumentos dos deverbais podem se comportar como constituintes argumentais.

Para este estudo, trabalhamos com amostras de um corpus de textos acadêmicos cujas características principais são descritas abaixo.

Metodologia de coleta e de análise de dados linguísticos

Neste trabalho, analisamos unidades lexicais conhecidas como “nomes deverbais”. Essas unidades se originam do processo de nominalização, pela adição do sufixo -ÇÃO. Para isso, foram identificados os deverbais do tipo X-ÇÃO mais frequentes, encontrados em textos acadêmicos escritos em Português Brasileiro, com a finalidade de examinar até que ponto os elementos da estrutura argumental do verbo de origem ficam expressos e, no caso de não o serem, procurou-se verificar quais processos contribuem para a recuperação desses termos no fluxo discursivo escrito.

O *corpus* destinado a este estudo contabilizou 4,92 milhões de palavras foram coletadas e analisadas por meio de instrumentos de *corpora*, tais como listas de palavras mais frequentes e lista de colocados. Foram utilizados artigos científicos, coletados de diferentes periódicos eletrônicos, disponíveis do Portal de Periódicos da CAPES. Os artigos foram selecionados semialeatoriamente, com base em diferentes critérios tais como o tema, as palavras-chave, área e a classificação do periódico. Com base nesses critérios, foram formados *subcorpora* de acordo com as diferentes áreas de avaliação determinadas pela CAPES²⁹. Cada *subcorpus* é constituído por aproximadamente 100.000 palavras, com número variável de artigos, em função da extensão de cada artigo.

Primeiramente, para determinação dos nomes deverbais terminados em X-ÇÃO, uma lista das palavras mais frequentes do corpus foi elaborada com auxílio do software Kitconc© (MOREIRA FILHO, 2008). Dessa lista, foram identificados os 20 lemas mais frequentes terminados em X-ÇÃO. Posteriormente, foram selecionadas aleatoriamente 100 ocorrências de cada um dos cinco lemas mais frequentes (“relação”, “informação”, “ação”, “avaliação” e “concentração”), para serem analisadas. A confirmação desses itens como nomes deverbais foi feita por meio de consulta a um dicionário *online*³⁰. O Quadro 1, a seguir, ilustra esses dados. Ele registra, na coluna *posição*, a ordem em que o substantivo aparece na lista de palavras mais frequentes no *corpus*.

Posição	Nome deverbais	Ocorrências
46	RELAÇÃO	7.299
138	AVALIAÇÃO	2.855
175	FORMAÇÃO	2.415
234	CONSTRUÇÃO	1.928
364	ORGANIZAÇÃO	1.392

Quadro 1 - Deverbais mais frequentes no corpus analisado

Feito o levantamento quantitativo, passou-se à análise manual do *corpus*, com o intuito de verificar como/se os elementos da valência do verbo de origem (verbo *input*) estavam expressos nos deverbais analisados. Para a análise da valência dos deverbais, foi utilizado o método introspectivo e também nos serviram de base os exemplos contidos em (Santana, 2005; Perini, 2008; Camacho 2007 e 2009; e De Bona, 2014),

29 Disponível em: [http:// www.capes.gov.br/](http://www.capes.gov.br/).

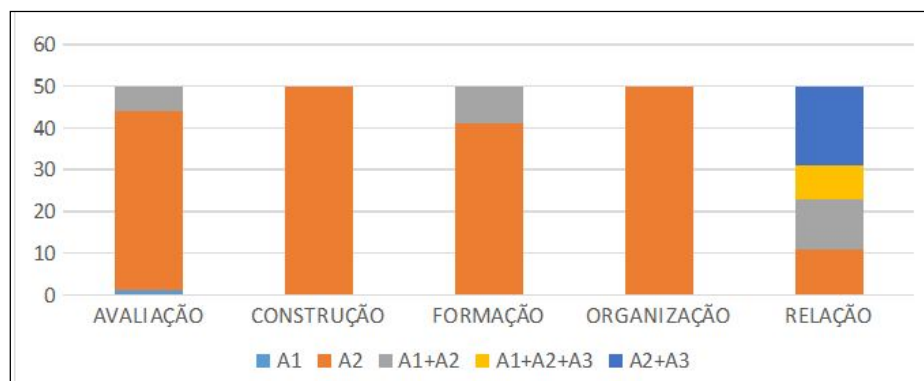
30 Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>.

Quando os argumentos não estavam expressos, buscou-se analisar quais processos cognitivo-funcionais contribuíam para a recuperação desses termos no fluxo discursivo escrito. É importante salientar que consideramos a presença de alterações (elementos não expressos) na estrutura argumental somente quando os argumentos dos nomes deverbais não foram passíveis de recuperação na oração matriz, o que consideramos uma motivação pragmática para o apagamento, e não semântica, de acordo com Camacho (2007); já que a recuperação se faz com base no conhecimento de mundo ou disciplinar dos interlocutores, bem como no conhecimento de curto prazo construído ao longo da interação verbal, ou da leitura do texto. A seguir, a análise dos dados obtidos será apresentada com a discussão de alguns fragmentos retirados no *corpus* examinado.

Análise da estrutura argumental dos deverbais mais frequentes no *corpus*

Por meio da análise dos dados, foi possível perceber, já de início, que os argumentos que compõem a estrutura de um nome deverbal são de difícil enquadramento em uma expressão formalizada, do tipo *avaliação [de algo] [por alguém]*. Não obstante, os nomes deverbais podem ter seus argumentos expressos por anáfora zero, ou podem apresentar modificações em seus argumentos por meio do uso de pronomes possessivos e de adjetivos.

O Quadro a seguir ilustra a distribuição dos argumentos dos 05 deverbais mais frequentes nos textos analisados, conforme sua expressão sintática: A1 (sujeito do verbo *input*), A2 (objeto direto do verbo *input*) e A3 (objeto indireto do verbo *input*).



Quadro 2 - Distribuição dos deverbais mais frequentes no corpus e seus argumentos sintaticamente expressos

A análise do Quadro 1 confirma que argumentos A2 (correspondentes ao objeto direto do verbo *input*) apresentaram-se como os mais frequentemente expressos nos deverbais dos textos analisados. Esse resultado pode estar associado à tendência dos objetos de representarem, em geral, informação nova e, portanto, sintaticamente mais complexa e manipulável. Adicionalmente, no texto acadêmico escrito, a necessidade de manipulação e explicitação de informação é maior. Os excertos 1 e 2, a seguir, demonstram essa tendência à explicitação da informação manipulável.

Excerto 1

A fabricação de cimento responde por cerca de 2% do consumo global de energia e por cerca de 5% do consumo global industrial de energia, principalmente porque a reação $\text{CaCO}_3 \rightarrow \text{CaO} + \text{CO}_2$, presente na formação de sua principal matéria-prima, o clínquer, é altamente endotérmica.

(Fragmento de texto retirado da área de Engenharia)

Excerto 2

Na organização dos dados utilizam-se três figuras metodológicas do Discurso do Sujeito Coletivo: a Expressão-chave (ECH), a Ideia Central (IC) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

(Fragmento de texto da área de Saúde)

É importante notar que, nos Excertos 1 e 2, o artigo definido também retoma a base do deverbal, que vem acompanhado de outro complemento, Apothéloz e Chanet (2013), sistematizam esse processo da seguinte forma:

Artigo + deverbal + complemento nominal, especificando a identidade de um complemento: A publicação desta obra.

No Excerto 3, o A2 (*de pacientes*) é recuperável por se constituir em informação dada, anteriormente apresentada no fluxo textual. Além disso, a presença de um pronome demonstrativo, nesse caso ‘essas’, como apontam Apothéloz e Chanet (2013), determina um substantivo predicador que designa um processo. Nesses casos, esses pronomes tendem a ser sobreinterpretados e a absorver os valores dos complementos do nome deverbal, sendo capazes de saturar seus lugares sintáticos no processo designado. Os autores também observam que os artigos definidos, presentes nos deverbais geralmente retomam a base do verbo e podem vir acompanhados de outros complementos. A sistematização desse processo seria essa:

Esse + substantivo predicador (*essa publicação*)

Excerto 3

Para um desmame ventilatório os pacientes são avaliados sobre suas capacidades para respirar espontaneamente. Em muitas unidades de terapia intensiva **essas avaliações** são consideradas na decisão sobre o sucesso e insucesso das tentativas.

(Fragmento de texto da área de Saúde)

Nos casos em que o A2 do verbo *input* não estava expresso, a recuperação desse elemento informacional pode ser feita por meio do fluxo textual, especialmente por processos de inferência, como ocorre nos excertos 3 e 4, em que a informação inferida pode ser contextualmente.

Houve maior índice de não expressão do argumento do tipo A1 (sujeito do verbo *input*), que podia ser facilmente recuperado pelo contexto textual e extralinguístico, como ocorre com o A1 do verbo *input* de avaliação (pelos pesquisadores) e construção (pelos músicos), nos excertos 4 e 5.

Excerto 4

Quanto aos testes de campo sem a utilização de instrumentação eletrônica, a quantidade de área demandada para a sua realização e **avaliação de desempenho dos equipamentos** é muito grande, o que dificulta a obtenção dos dados e exige a necessidade de realização de muitas repetições.

(Trecho retirado de artigo da área de Ciências Agrárias)

Excerto 5

Para que haja uma representação precisa, são necessários aparatos técnicos específicos. Ptolomeu propõe a **construção** de alguns deles. Na sua Harmônica, seis são os capítulos dedicados a descrições detalhadas de suas elaborações, tanto do ponto de vista de suas propriedades quanto de seu design. (Trecho de texto retirado da área de Música)

Como normalmente um dos argumentos das nominalizações não está expresso – no caso deste estudo, o A1 – sua recuperação exige o acionamento do conhecimento linguístico, de mundo e específico/disciplinar por parte do leitor. Isso pode ser observado no Excerto 4, em que o A1 do verbo *input* de ‘avaliação’ não está expresso.

Ainda, a presença do artigo, conforme Apothéloz e Chanet (2013) indica que o verbo-base já foi mencionado previamente no texto, ou tem seu sentido compartilhado com o leitor de alguma forma, como ocorre nos excertos, 4 e 5, por exemplo

No Excerto 6, o termo relações não apresenta A2/ A3, que são igualmente recuperáveis por meio do fluxo informacional do texto (parcerias entre organizações

público-privadas, colaborações interorganizacionais e alianças entre empresas e organizações não governamentais).

Excerto 6

Os temas ambientais passam também a influenciar os modelos de administração empresarial, levando os movimentos ambientalistas e outros movimentos sociais a optar por posturas cooperativas com o setor privado e com o Estado, impulsionando, assim, as políticas de parcerias entre organizações público-privadas, colaborações interorganizacionais e alianças entre empresas e organizações não governamentais. Essas novas práticas são entendidas como novas relações, baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades.

(Fragmento de texto da área de Ciências Sociais)

Nos textos acadêmicos aqui analisados houve uma maior expressão dos argumentos normalmente vinculados a elementos manipuláveis do fluxo pragmático-discursivo, e frequentemente ligados à função de A2 (objeto direto do verbo *input*). Na posição de A1 (sujeito do verbo *input*) o grau de expressão argumental foi bastante baixo. Além disso, as nominalizações deverbais foram utilizadas como um tipo de ‘empacotamento sintático’, selecionado para reinterpretar o estado de coisas, como tende a ocorrer no texto acadêmico, resultando em maior complexidade cognitiva ou conceptual, já que a predicação parte de um estado de coisas existente. A seguir, passaremos à discussão dos resultados desse estudo, baseados na visão cognitivo-funcional da linguagem.

Camacho (2007) considera que os nomes deverbais não são nem nomes, nem verbos prototípicos, defendendo a hipótese de que, quanto mais eles preservarem a estrutura argumental, mais próximos eles estarão da referência a um estado de coisas e, portanto, mais distantes da nominalidade prototípica. Juntamente com esse autor, defendemos neste trabalho a ideia de que os nomes deverbais preservam a estrutura verbal do predicado correspondente, pois, em determinados contextos de ocorrência, há razões funcionais para considerar que os argumentos podem estar expressos por anáfora zero, retomando termos presentes ou não na oração matriz, os quais se configuram como argumentos do nome.

Neste estudo, assim como em De Bona (2014), quando a manutenção de argumentos não parece se efetivar, geralmente temos presente um pronome demonstrativo que é desencadeador de um complexo processo anafórico na língua, pois ele absorve e satura os complementos (APOTHÉLOZ e , 2013). Por fim, assim como

em De Bona (2014) é importante salientarmos que esse processo variado de manutenção dos argumentos é motivado de modo discursivo/pragmático, levando em consideração a eficiência comunicativa em termos de relevância e economia, gerando um novo ‘empacotamento’ morfossintático, menos congruente, que Halliday e Matthiessen (2004) reconhecem como um recurso importante na criação de ‘metáforas gramaticais’.

Possíveis implicações para o ensino

Recentemente, no Brasil, os pesquisadores da LFCU também se têm preocupado com a aplicação de suas reflexões teóricas para o contexto educacional (Oliveira e Cezário, 2007; Furtado da Cunha e Tavares, 20137), este fator, aliado à constante expansão do ensino de português para fins acadêmicos, também motiva algumas reflexões acerca do ensino.

Com respeito às nominalizações deverbais em textos acadêmicos do tipo X-ÇÃO, aqui analisadas, parece-nos importante chamar a atenção dos aprendizes para a utilização desse recurso, como forma de aumentar sua consciência linguística, tornando-os mais responsivos às demandas do texto acadêmico. Sugere-se, por exemplo, contrastar expressões mais congruentes com outras mais metafóricas. Esse contraste pode ser feito, por exemplo, solicitando ao aluno que reelabore uma expressão metafórica em termos mais congruentes, como em:

A distância de frenagem aumenta em altas velocidades x

Ao acelerar muito o carro, os freios demoram mais para serem acionados e o carro anda uma distância maior antes de parar.

(tentativa de um aluno universitário, falante nativo de português)

Pode-se também incentivar a elaboração de formas nominalizadas diante de oração congruentes, simples ou complexas:

Aposentados percebem as mudanças na previdência negativamente x.

A percepção negativa da previdência social brasileira

(tentativa feita por um aluno universitário brasileiro, falante nativo de português).

Além dessa sensibilização inicial, as nominalizações podem ser analisadas em sala de aula do ponto de vista do fluxo informacional no texto, em especial com respeito ao processo anafórico. Desse modo, os alunos podem ser incentivados a indicar as

relações anafóricas presentes nesse processo, com vista a uma melhor recepção e produção textual no domínio acadêmico.

Alternativamente, propomos também uma abordagem para as nominalizações voltada para o ensino movido por dados (*data driven teaching*, Johns, 1991), que poderá contribuir para um melhor entendimento dos deverbais mais frequentes, uma vez que uma das principais características do aprendizado movido por dados é propiciar aos alunos a manipulação de amostras reais da língua em uso. Além disso, outro fator comumente associado ao aprendizado movido por dados é o desenvolvimento da autonomia do aprendiz. O contato deste com exemplos linguísticos reais desenvolve a capacidade do aluno de refletir sobre conceitos já estudados.

Atividades com de linhas de concordância, contendo nominalizações, podem ser utilizadas em sala de aula como exercícios de cunho prático. Tomemos como exemplo a palavra *relação*, bastante frequente no *corpus* aqui analisado.

N	Concordance
1	a correlação de Pearson para verificar a relação do estágio de mudança de compor
2	a reta ajustada pelo modelo indica que a relação entre o indicador e o tempo é d
3	empo é decrescente; em caso contrário, a relação é crescente. O valor do coefici
4	abalho publicado no Brasil que explora a relação entre o aspecto étnico-racial e
5	ganhar peso. São desordens que afetam a relação dos indivíduos com o alimento,
6	o desenvolvimento desses transtornos é a relação com o corpo e a preocupação com
7	ade importante. Vários estudos relatam a relação entre comportamentos depressivo
8	ça/cor são necessárias para avaliar essa relação. A frequência de 34,0% de preoc
	po-brasileiras11. O que parece claro é a relação entre insatisfação corporal e d

A análise dessas linhas de concordância, conduzida em uma aula no laboratório de informática, pode ser procedida solicitando-se ao aluno que procure, no *corpus*, o contexto ampliado das linhas de concordância selecionadas. Após isso, ele pode indicar os elementos que compõem a estrutura argumental do verbo *input*, nesse caso, ‘relacionar’. Na primeira linha de concordância, por exemplo, teríamos o seguinte contexto ampliado:

Os critérios propostos por Landis & Koch 25 foram adotados para a interpretação do grau de concordância: (a) quase perfeita: 0,80 a 1,00; (b) substancial: 0,60 a 0,80; (c) moderada:

0,40 a 0,60; d) regular: 0,20 a 0,40; (d) discreta: zero a 0,20. Por fim, foi utilizada a correlação de Pearson para verificar a relação do estágio de

mudança de comportamento com os construtos, adotando um valor de $p < 0,05$.

(Texto da Área de Saúde)

Ao analisar o contexto ampliado da primeira linha de concordância, o aluno pode ser motivado a reescrever o trecho, determinando os argumentos não explícitos do verbo ‘input’ (relacionar). Ele produziria, então, algo como: *o estágio de mudança de comportamento se relaciona com os construtos. Os pesquisadores verificaram como isso ocorre, usando a correlação de Pearson.* Da forma aqui proposta, a abordagem DDL é mais eficaz quando o mesmo conteúdo disciplinar é compartilhado por todo o grupo de alunos, pois o conhecimento do tema é importante para o entendimento pleno das nominalizações em foco.

Finalmente, os resultados encontrados neste estudo podem ser refinados por outros pesquisadores para melhorar o entendimento sobre as relações sintático-semânticas dos deverbais em textos acadêmicos, bem como para chamar atenção para a necessidade de criar uma nova centralidade no ensino de português acadêmico, baseada na observação de dados de língua em uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apothéloz, D.; Chanet, C. 2013 Definido e Demonstrativo nas Nomeações. In: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B.; Ciulla, A Orgs. Referenciação. São Paulo: Contexto.

Basílio, M. 2006 Formação de classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto.

Camacho, R. G. 2007 Valência do nome deverbal e nominalidade prototípica, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000200006> Último acesso em: 07 dez. 2011.

_____. 2009 O papel da nominalização no continuum categorial. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

Chafe, W. 1994 *Discourse, consciousness and time*. Chicago: University of Chicago Press.

De Bona, Camila. 2014 Propriedades valenciais de nomes deverbais: uma reanálise de dados do Projeto NURC com base na linguística textual e no estudo dos anafóricos. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 49.

Furtado Da Cunha, Maria Angélica; Tavares, A. Bispo, Eb; Silva, Jr. 2013 Linguística funcional centrada no uso. *Linguística centrada no uso—uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, p. 13-39.

Givón, T. 2001 *Syntax: an introduction*. Vol. 1. John Benjamins Publishing.

Halliday, M.; Matthiessen C. M. I. M. 2004 "Introducing functional grammar." *New York: Edward Arnold*.

Hopper, P J.1985. The iconicity of the universal categories “noun “and “verb”. In: Haiman, J.Ed.. *Iconicity in syntax* .Proceedings of a Symposium on Iconicity in Syntax.. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Hopper, P.; Thompson, S.1984. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, v.xix p. 703-752.

Johns, T.F.1991. Should you be persuaded: Two examples of data driven learning. In _____ . and KING, P.Eds.. *Classroom Concordancing* .p. 1-13. Birmingham: ELR.

Langacker, R. W. 1987. Nouns and verbs. *Language*. Baltimore, v. 63.

Lyons, J.1977. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moreira Filho, J. L. 2008. *Kitconc 3.0*. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=394>> Acesso 8 ago. 2013.

Neves, M.H.M. 1996. Estudo da estrutura argumental dos nomes. In: KATO, M.Org.. *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/São Paulo: FAPESP. p.119-154 .V. 5: Convergências..

Oliveira, M. R.; Cezario, M. M. 2012. PCN à luz do funcionalismo lingüístico. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 10, n. 1, p. 87-108.

Perini, Mário A. 2008. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo, Parábola Editorial.

Rocha, L.C. 2003. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Rosch, E. H. 1973. Natural categories. *Cognitive Psychology*. v. 4, p. 328-50.

Silva, V. L. P. 2007. Continuidade de referência: Nomes, pronomes e anáfora zero em gêneros da fala e da escrita. *Linguística*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, p.p. 159-178, junho.

Santana, L. 2005. A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista.

Thompson, G. 2013. *Introducing functional grammar*. Routledge.

